

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 138ª Reunião Ordinária – Ano 2013
18 de julho de 2013

001 Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às oito horas,
002 no Plenário Irmo Antônio Marino, localizado na Sede Administrativa do
003 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na Rua José Cassiano dos
004 Santos, 475 – Fradinhos – Vitória/ES, reuniram-se os conselheiros do
005 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES para deliberar sobre a pauta da 138ª
006 Reunião Ordinária – Ano 2013, com a presença dos conselheiros José Tadeu
007 Marino, Geraldo Correa Queiroz, Maria da Penha Rodrigues D’ávila, Ricardo
008 Ewald, Mercedes Canal, Cláudia Bernadete Silvério, Maria Maruza Carlesso,
009 Marcos Rogério Fonseca Pedro, Andressa Barcellos Oliveira, Maxsuel
010 Marchito de Freitas, Carlos Roberto Augusto, Péricles Alves Noronha, Luceni
011 Gomes de Novaes, Domingos Cordeiro França, Zaldimar Tadeu da Silva,
012 Aguiberto Oliveira de Lima, Márcia Patrício de Araújo, Gilson Sena Ventura,
013 Mauro Natalício de Souza, Benedito Domingos dos Santos, Irene Poleze e
014 Sandra Martinelli. Com ausência justificada dos conselheiros Teotônio
015 Barbosa da Silva, Aurení de Souza Castro, Aloir Rocha Loureiro, Sônia de
016 Fátima da Silva e Dauri Correia da Silva. Ausentes os conselheiros Edmar
017 Lorencini dos Anjos, Fabio Benezath Chaves, Bartolomeu Martins Lima, Rita
018 Inês Casagrande da Silva, Luiz Carlos Siqueira Baltazar, Gustavo Antônio
019 Reis Lopes Picallo, Rodrigo da Rocha Rodrigues, Walter Bernado, Mariluce
020 Polido Dias, Lino Pinto da Silva, Wagno da Conceição Zamboni e Edilza
021 Maria da Silva Felipini. Registrada a presença dos convidados Lindomar
022 Alves Scalabrim - MOSAVE, Maria Geni – MOSAVE, Evandro Tanini Lopes -
023 CRF/ES, Eliane C. R. Vasconcelos – CEREST/ES, Maria da Penha F.
024 Nascimento – Ministério Público, Laíra Augusta Viegas Vasconcellos –
025 ENESP/FIOCRUZ, Maria do Socorro Fernandes – SESA/CIB, Georgia Lopes
026 Miranda Loura – SESA/NEN, Pedro Benevenuto – SESA/GEVS, Lourinha
027 Amélia Roncon Sossai – SESA/GRH, Luiz Claudio D. da Silva – SESA/GRH,
028 Luiza M. de Alvarenga – SESA/GEPPi, Eloá Senna Guilhen Ribeiro - SESA/
029 NUEDPOS, Vitório Torres Mendes – Conselho Gestor do Hospital Dório Silva,
030 Antonio Carlos M. do Nascimento – Conselho Gestor do Hospital Dório Silva,
031 Carlos A. N. Marcal - Conselho Gestor do Hospital Dório Silva, Maria Lúcia
032 Duarte - Conselho Gestor do Hospital Dório Silva e Sinedemar B. da Silva
033 - CONCASC. Havendo quórum, o Presidente do CES/ES, Dr. José Tadeu
034 Marino, faz a abertura da reunião. Posteriormente o Secretário Executivo,
035 Sr. Milton Cesar Valente da Costa, põe em votação o segundo ponto de
036 pauta a APROVAÇÃO DAS ATAS DA 134ª E 136ª REUNIÕES ORDINÁRIAS
037 DO CES/ES, REALIZADAS RESPECTIVAMENTE EM 28 DE FEVEREIRO E 18
038 DE ABRIL DE 2013. As Atas foram aprovadas com abstenção apenas da
039 conselheira Maria Maruza Carlesso. Dando seguimento, o Secretário
040 Executivo, apresenta o segundo ponto de pauta SOLICITAÇÃO DA
041 INDICAÇÃO DE 01 (UM) REPRESENTANTE TITULAR E 01 (UM)
042 REPRESENTANTE SUPLENTE DO CES/ES PARA COMPOR A COMISSÃO DE
043 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA Nº. 001/2008
044 CELEBRADO ENTRE A SESA E O IASES – (UNIDADES DE ATENDIMENTO
045 SOCIOEDUCATIVAS). O Presidente do CES/ES, Dr. José Tadeu Marino, faz
046 um breve relato sobre o ponto de pauta em questão e informa sobre a

047 importância de se ter representantes do CES/ES nesta Comissão. Com o
048 parecer do Pleno são indicados para compor a referida comissão os
049 conselheiros Mauro Natalício de Souza e Maxsuel Marchito de Freitas,
050 ficando a ser discutido entre os dois conselheiros quem assumirá a
051 titularidade e a suplência na comissão. O terceiro ponto de pauta,
052 APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO
053 À SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESPÍRITO SANTO – ANO 2012 é
054 retirado a pedido da relatora Lucimar de S. Barros Lessa – Referência
055 técnica da Saúde Prisional – SESA/NEN que está de férias. O Presidente
056 informa sobre a discussão que a Secretaria de Estado de Saúde – SESA
057 vem realizando junto a Secretaria de Justiça sobre a Saúde no Sistema
058 Prisional e convida os conselheiros para participarem, ou formarem uma
059 comissão para participar, de uma Reunião sobre a Saúde Prisional no
060 Auditório do Ministério Público em Vitória/ES, que acontecerá no dia 22 de
061 julho de 2013, às 16 horas. Dando seguimento a reunião, o Secretário
062 Executivo apresenta o quarto ponto de pauta OFÍCIO/SESA/SAMU/CG/Nº.
063 76/2013 – SOLICITAÇÃO DE DATA PARA A APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO
064 DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº. 46/2005 FIRMADO ENTRE A IRMANDADE
065 DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA E A SECRETARIA DE
066 ESTADO DA SAÚDE – SAMI – 192. A conselheira Luceni Gomes de Novaes
067 sugere que o ponto de pauta em questão seja apresentado em uma
068 Reunião Extraordinária do CES/ES. O conselheiro Mauro Natalício de Souza
069 sugere que a Mesa Diretora decida se o ponto irá para uma Reunião
070 Extraordinária ou para a próxima Ordinária. O Presidente informa ao
071 conselheiro que a Mesa Diretora já havia decidido na última reunião na
072 realização de uma Reunião Extraordinária, devido ao acúmulo existente de
073 pautas importantes. O conselheiro Mauro Natalício de Souza aceita o
074 posicionamento da Mesa Diretora. É sugerido verificar junto ao SAMU se a
075 apresentação deles já estaria pronta. O Secretário Executivo informa o
076 senhor Antônio Gomes Junior - Coordenador do SAMU já havia informado
077 ao CES/ES que em agosto de 2013 a apresentação deles já estaria pronta.
078 Diante dessa informação o Pleno decide por realizar a Reunião
079 Extraordinária do CES/ES em 01 de agosto de 2013. O quinto ponto de
080 pauta APRESENTAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – ANO 2013,
081 DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE – SESA é apresentado pelo relator
082 Dr. Pedro Benevenuto – Gerência Estratégica de Vigilância em Saúde da
083 SESA – SESA/GEVS, que relatou sobre a parte que cabe a Vigilância em
084 Saúde na Programação Anual de Saúde – SESA - Ano 2013. Após o término
085 da apresentação o relator Dr. Pedro Benevenuto se coloca a disposição para
086 esclarecimentos. O conselheiro Maxsuel Marchito de Freitas questiona ao
087 Presidente o tempo disponível para a realização das perguntas. O
088 Presidente informa que o tempo é de quinze minutos. Inscrevem-se para as
089 perguntas as conselheiras Maria Maruza Carlesso, Sandra Martinelli e
090 Andressa Bacellos Oliveira, os conselheiros Carlos Roberto Augusto e
091 Maxsuel Marchito de Freitas, a conselheira Luceni Gomes de Novaes e os
092 conselheiros Aguiberto Oliveira de Lima e Zaldimar Tadeu da Silva. O
093 conselheiro Maxsuel Marchito de Freitas propõe outro momento para que
094 possam ser sanadas todas as dúvidas dos conselheiros, já que o tempo
095 disponibilizado na reunião foi pequeno. O Presidente informa ao conselheiro
096 que não esperava um número de inscrições tão grande e informou que será

097 dada vazão a todas as perguntas. A conselheira Maria Maruza Carlesso
098 sugere ao relator, a Mesa Diretora e ao Secretário Executivo que o ponto de
099 pauta deveria ser apresentado em uma Reunião Extraordinária ou em outro
100 momento para que a discussão sobre o tema pudesse ser mais
101 aprofundada. Dando início aos questionamentos, a conselheira Maria
102 Maruza Carlesso, faz quatro perguntas. A primeira refere-se à primeira
103 Diretriz, de número três, se as metas e ações do Relatório Anual de Gestão
104 - RAG para o DST/AIDS são as mesmas previstas pelo PAM DST/AIDS. A
105 segunda questão da conselheira está relacionada a meta da segunda
106 diretriz, quinta ou sexta, que diz "para descentralizar quatro
107 superintendências regionais de saúde na execução dos exames laboratoriais
108 adquirir equipamentos para descentralização de gota espessa (a conselheira
109 diz que nesse trecho não cita qual a finalidade da aquisição de
110 equipamentos) nos municípios de São Mateus, Nova Venécia, Domingos
111 Martins e Santa Tereza, diagnóstico de esquistossomose em quatro
112 municípios (a conselheira diz que não cita quais municípios), adquirir e doar
113 08 microscópios (a conselheira questiona para quem irá essa doação)". A
114 terceira pergunta da conselheira refere-se a seguinte citação da
115 apresentação "40 empresas de fitoterápicos em Marataízes", a conselheira
116 lembra que existe um programa antigo da VISA sobre propagandas de
117 medicamentos feitas em rádio, folhetos e folders de 2005 até 2009, e
118 questiona se isso não poderia se juntar a esse programa. A quarta pergunta
119 diz respeito ao montante de dinheiro envolvido e como irá ocorrer a
120 fiscalização deste. A conselheira Maria Maruza Carlesso cita também sobre
121 a diretriz doze que envolve muitas ações, desta forma ela sugere
122 novamente que seja feito um segundo momento com trabalho em grupos
123 para esclarecer essas dúvidas. A conselheira Andressa Barcellos Oliveira
124 propõe um encaminhamento, feito juntamente com os conselheiros Maxsuel
125 Marchito de Freitas e Carlos Roberto Augusto, que diante da complexidade
126 do assunto apresentado e do tempo que dispenderia só para responder as
127 perguntas da conselheira Maria Maruza Carlesso, que esse tema fosse
128 discutido em outro momento específico. A conselheira também expõe ao
129 plenário a sugestão do conselheiro Maxsuel Marchito de Freitas da
130 realização de uma Oficina para ser apresentado e discutido esse tema. A
131 conselheira ainda sugere uma inversão de pauta devido a complexidade do
132 sexto ponto de pauta. O Presidente concorda com a sugestão dos
133 conselheiros de deixar o término da apresentação para um próximo
134 momento, sugere que ele entre como ponto de pauta da Reunião
135 Extraordinária do dia 01 de agosto de 2013, mas sugere que as dúvidas
136 levantadas referentes a esta apresentação já fossem respondidas pelo Dr.
137 Pedro Benevenuto. A conselheira Andressa Barcellos Oliveira argumenta
138 que não adianta manter com as perguntas, pois não haverá tempo hábil
139 para respondê-las. Desta forma ela ainda sugere a realização de uma
140 Oficina. O Presidente diz que já aconteceram duas reuniões do CES/ES que
141 não tiveram quórum e que eles têm data do Ministério Público e do
142 Ministério da Saúde para que essa apresentação aconteça. O conselheiro
143 Domingos Cordeiro França diz que está cheio de dúvidas e que realmente
144 não existe tempo hábil na reunião para responder a pergunta de todos os
145 conselheiros. Diz ainda que deve ser realizada a Oficina, mas que todos os
146 presentes nesta reunião se façam presentes também na Oficina. A Dr^a.

147 Luiza M. de Alvarenga informa que todas as diretrizes do Plano Estadual de
148 Saúde já estão aprovadas, informa ainda, que após aprovadas são abertas
149 ações e atividades com metas estabelecidas em cada diretriz. Diz que se
150 forem lidos com bastante atenção os temas trazidos tanto pela Vigilância
151 em Saúde, que é uma grande área de atuação, a Normalização o RH, todas
152 essas áreas de responsabilidade sanitária de um governo, pode-se perceber
153 que elas são trazidas aos conselheiros a partir de áreas temáticas, como
154 AIDS, a hipertensão e o Programa Prisional de Saúde. Diz ainda que esses
155 temas se forem pormenorizados estão no seu conteúdo de essência
156 aprovados como políticas setoriais. Explica que o planejamento, além de
157 um plano que vale para cinco anos, ele é desmembrado em programações
158 anuais nas quais as metas para o final de mandato de um governo são
159 estabelecidas em percentuais crescentes até se conseguir o cenário futuro
160 que se quer. Diz que entende que o que está sendo cogitado é um
161 momento pedagógico em capacitação dos conselheiros em áreas de
162 conhecimento específicos, neste caso em vigilância em saúde. Explica que
163 esse interesse em capacitação em vigilância em saúde deve-se ao fato dela
164 afetar nossa vida intimamente. Explica ainda que quando se quer entender
165 sobre vigilância em saúde não é porque se é conselheiro ou profissional é
166 porque a somos cidadãos, mas ressalta que o conselho tem uma
167 responsabilidade muito grande, já que a equipe que está fazendo a
168 apresentação está indo e vindo muitas vezes, e que existem questões legais
169 a serem estabelecida. Diz que não existem erros, e que o que existe as
170 vezes falta de entendimento, uma palavra que falta um número que é
171 encrocado, e que isso acontece porque nesse momento já estando sendo
172 feita uma avaliação, aquilo que estava escrito em janeiro de 2013 não se
173 pode manter em agosto de 2013, que é preciso reavaliar porque o
174 planejamento é dinâmico, e que daí a três meses se ele for ser feito de
175 novo os números deverão ser modificados. Finalizando sua fala ela pede
176 que a Mesa e que o Secretário encaminhe como eles vão fazer essa
177 apresentação, se é uma Reunião Extraordinária, para que a equipe possa se
178 programar, porque eles precisam de documentos de aprovação e isso tem
179 prazo. O Presidente ressalta que para aprovação não é necessário uma
180 Oficina, pois isso é uma capacitação. O conselheiro Mauro Natalício de
181 Souza diz que entende o que a Dr. Luiza M. de Alvarenga colocou, que o
182 que está sendo passado aos conselheiros já acontece e que eles só nos
183 estão dando ciência disso. O conselheiro ainda questiona sobre a realização
184 de capacitação de agravos de vigilância no que se refere ao valor de R\$
185 800.000,00 voltados essas para as atividades. Diz que para ele existem
186 condições de ser deliberado sobre este tema nessa reunião se a SESA se
187 comprometer em vir outro dia esclarecer mais dúvidas sobre o assunto aos
188 conselheiros interessados. A conselheira Luceni Gomes de Novaes diz se a
189 favor da realização da Oficina. O Dr. Pedro Benevenuto diz que se dispõe a
190 voltar em outro momento para passar mais informações sobre o assunto e
191 esclarecer dúvidas. A conselheira Maria Maruza Carlesso pede questão de
192 ordem e sugere que a Oficina aconteça junto a Reunião Extraordinária do
193 dia 01 de agosto de 2013. O conselheiro Dr. Geraldo Correa Queiroz diz que
194 no dia 28 de fevereiro de 2013 foi apresentado sobre a Programação Anual
195 2013 e neste dia foi informado pela relatora Eloá Senna Guillhen Ribeiro que
196 foi sugerido que as gerências se apresentassem individualmente ao CES/ES

197 e que os assuntos tratados nestas reuniões seriam a caráter de
198 conhecimento deste, conforme registrado em ata. O conselheiro se mostra
199 favorável a realização de uma oficina, mas enfatiza que desde fevereiro os
200 conselheiros já sabiam que esse assunto seria apresentado ao CES/ES para
201 conhecimento. O conselheiro Carlos Roberto Augusto diz que ele não sentiu
202 necessidade da realização de uma oficina, mas se ela ocorrer ele gostaria
203 de participar. O conselheiro aproveita para expor sua dúvida em relação ao
204 tema e questiona sobre o montante de recursos envolvido. O conselheiro
205 ainda sugere que se for para fazer a oficina que se faça, mas que é
206 necessário a criação de uma comissão para acompanhar processos,
207 convênios, execução de contratos, licitação e processos legais, porque os
208 conselheiros acabam aprovando e depois não tem condições de fiscalizar. A
209 conselheira Luceni Gomes de Novaes levanta uma questão de ordem e
210 sugere que seja reativada a Comissão Intersetorial de Orçamentos e
211 Finanças – CIOF e que todos os orçamentos e planejamentos passem pela
212 comissão antes de ir para o Pleno. O conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima
213 justifica ter chegado atrasado à reunião devido à demora no atendimento
214 no Centro Regional de Especializações – CRE Metropolitano. O conselheiro
215 também levanta uma questão de ordem e diz que o sexto ponto de pauta
216 foi o que viabilizou a plenária estar composta e ter dado quórum e que a
217 ausência de quórum nas outras reuniões foi devido a esta questão não estar
218 resolvida. O conselheiro diz ainda que o sétimo, oitavo, nono e décimo
219 pontos de pauta são as letras a, b, c e d do sexto ponto, que se refere ao
220 conjunto das situações que vinham inviabilizando o funcionamento do
221 conselho. O conselheiro pede que seja suspenso qualquer encaminhamento
222 referente a escolha de uma nova data para dar continuidade ao debate e
223 deliberação do quinto ponto de pauta e que se passe logo para o sexto
224 ponto, porque qualquer votação que anteceda a este ponto de pauta irá
225 ficar prejudicada enquanto este não for resolvido. O Presidente diz que o
226 proposto é que o Dr. Pedro Benevenuto respondesse a todas as perguntas
227 já feitas nesta reunião e que as demais discussões ficasse para uma
228 próxima reunião. O Presidente e o Secretario Executivo questionam se
229 existem mais perguntas a serem feitas. Não havendo novas perguntas, o
230 Presidente e o Secretario Executivo agradecem a presença da equipe da
231 SESA e passam para o sexto ponto de pauta OF: 000362013 –
232 INSATISFAÇÃO RELATADA ATRAVÉS DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO
233 ESTADUAL DE SAÚDE (CES/ES) DA FEDERAÇÃO DOS MOVIMENTOS
234 POPULARES DO ESPÍRITO SANTO (FAMOPES), CENTRAL ÚNICA DOS
235 TRABALHADORES (CUT), SINDSAUDEPREV, FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
236 DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS E IDOSOS DO ESPÍRITO SANTO,
237 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESPÍRITO SANTO
238 (FETAES), SINDICATO DOS ODONTOLOGISTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO
239 SANTO (SINODONTO) E SINDICATOS DOS ENFERMEIROS DO ESPÍRITO
240 SANTO (SINDENFERMEIROS), COM RELAÇÃO AO DIRECIONAMENTO E
241 SITUAÇÃO ATUAL DO CES/ES. O conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima
242 questiona se existe ainda o projeto de alteração da Lei Nº. 7.964, originado
243 de um debate pelo Pleno, e que foi para a Procuradoria geral do Estado –
244 PGE para análise e está parado lá a mais de um ano. Propõe ao plenário e a
245 Mesa Diretora que esse projeto retorne a Comissão Específica de Legislação
246 e Normas do CES/ES para ser reavaliado e atualizado, buscando adequação

247 aos novos paradigmas colocados pelo Conselho Nacional de Saúde – CNS,
248 pelas políticas de controle social dentro do SUS, retornando depois ao
249 plenário. O conselheiro solicita que se possível um representante da
250 procuradoria se integre ao debate no plenário do conselho para que com a
251 orientação da procuradoria o produto da decisão do plenário possa ser
252 encaminhado para a Assembleia Legislativa para votação e alteração da lei.
253 A conselheira Andressa Barcellos e o conselheiro Zaldimar Tadeu da Silva
254 de Oliveira solicitam que o sexto ponto de pauta seja deixado por último na
255 apresentação e que se discuta os outros pontos de pauta, inicialmente o
256 sétimo ponto. O conselheiro Mauro Natalício de Souza questiona ao
257 Presidente se existem motivos de impedimento do Governo do Estado em
258 relação à alteração da lei e quais seriam os motivos. O conselheiro ainda
259 questiona sobre a questão dos vales transportes que não estão sendo
260 entregues aos conselheiros. O Secretário Executivo informa ao conselheiro
261 que a Secretaria Executiva do CES/ES já fez um encaminhamento no dia 03
262 de julho de 2013, através de CI, ao departamento responsável pelos vales
263 transportes solicitando a regularização da entrega de vales aos conselheiros
264 e que foi solicitado ainda uma justificativa documentada explicando o
265 motivo da não viabilidade de ressarcimento dos vales retroativos. Informa
266 que este departamento pediu a Secretaria Executiva do CES/ES que fossem
267 reunidas as frequências dos conselheiros referentes às Reuniões
268 Ordinárias/Extraordinárias deste período, assim como, fossem feito o
269 levantamento das demais atividades para conselheiros como cursos, e que
270 todos esses documentos fossem entregues ao NEAP. A conselheira Márcia
271 Patrícia de Araújo questiona qual foi a data da última entrega dos vales. O
272 Secretário Executivo responde a conselheira que foi no mês de maio de
273 2012. A conselheira Maria Maruza Carlesso solicita que seja incluído junto
274 ao sexto ponto de pauta o Sindicato dos Farmacêuticos. A conselheira diz
275 que a última vez ela recebeu vale transporte foi em dezembro de 2011 e
276 que em primeiro de fevereiro de 2012 ela devolveu os vales transportes
277 porque iria aumentar a passagem e que esses vales não foram restituídos
278 desde primeiro de fevereiro até a presente data. A conselheira ainda
279 questiona sobre a atual situação da mesa de negociação permanente. O
280 conselheiro Domingos Cordeiro França solicita que a questão dos vale
281 transporte e de cursos feitos pelos conselheiros que nunca existiram, assim
282 como, questões que os conselheiros foram responder na SEPAD venham a
283 ser ponto de pauta de uma reunião do CES/ES. O conselheiro diz também
284 da importância de ser discutido em reunião sobre a lei que elege o
285 Presidente do Conselho, sobre as questões do Hospital Dr. Jayme Santos
286 Neves e comenta sobre a urgência de ser implantada a Mesa de negociação
287 do SUS. A conselheira Luceni Gomes de Novaes diz que a insatisfação
288 relatada no sexto ponto de pauta se refere também aos pontos sete, oito,
289 nove e dez e que questões como a do vale transporte também estão ligadas
290 a este ponto. A conselheira solicita a mesa que encaminhe que dia que vai
291 ser realizada a reunião ou oficina para tratar do assunto do quinto ponto de
292 pauta. O Presidente responde a conselheira que o assunto será tratado na
293 Reunião Extraordinária do dia primeiro de agosto de 2013 e que
294 posteriormente poderá também ser feito uma oficina. O conselheiro
295 Benedito Domingos dos Santos informa que os representantes da FAMOPES
296 dentro do CES/ES também se reuniram para discutir e chegar ao sexto

297 ponto de pauta e sugere que sejam respondidas as questões levantadas
298 pelos conselheiros e que sejam dados os encaminhamentos. O conselheiro
299 ainda comenta sobre a inclusão dos índios e dos negros no CES/ES, sobre a
300 lei que elege o Presidente do CES/ES e sobre a retomada dos trabalhos da
301 Comissão em que o ex-conselheiro Fausto Ribeiro Tancredi fazia parte. O
302 Presidente comenta sobre a questão da lei de alteração do Presidente do
303 CES/ES e diz não ter conhecimento se na Lei Orgânica ou na Lei Nº. 7.964
304 dizem se o Presidente do CES/ES tem ser o Secretário Estadual de Saúde.
305 O Presidente pede que seja distribuída aos conselheiros a Lei Nº. 7.964
306 para que estes possam buscar o que eles querem que seja modificado e
307 que sejam dados os devidos encaminhamentos a fim de resolver esse
308 assunto. Enfatiza que o Governo não vai barrar essa questão, que o que
309 eles têm interesse é que o Conselho funcione independente de quem seja o
310 Presidente. A conselheira Irene Poleze solicita que seja incluído junto aos
311 movimentos no sexto ponto de pauta a Pastoral da Saúde. O conselheiro
312 Gilson Sena Ventura fala da importância de se tratar do assunto das
313 representações para compor o Conselho Gestor do Hospital Jayme Santos
314 Neves e da importância para os usuários que esse Conselho Gestor
315 Funcione. A conselheira Andressa Barcellos Oliveira diz que não há
316 necessidade de serem canceladas as reuniões do CES/ES por qualquer
317 motivo, pois isso prejudica o controle social. Diz ainda que as reuniões
318 podem acontecer mesmo que falte o Secretário Estadual de Saúde ou um
319 representante da gestão. Pergunta sobre o que falta para que a Lei Nº.
320 7.964 seja alterada e o que compete ao conselheiro fazer para que isso seja
321 agilizado. A conselheira pergunta em relação aos contratos das
322 Organizações Sociais – Oss, quando o modelo de gestão da saúde será
323 discutido no CES/ES e com relação aos Conselhos Gestores do Hospital Dr.
324 Jayme Santos Neves, Central e outros que não tem Conselho Gestor, o que
325 falta para a criação destes. Diz que estiveram em visita no Hospital Dr.
326 Jayme Santos Neves que identificaram algumas situações preocupantes e
327 que precisam de esclarecimentos. A conselheira ainda questiona o que falta
328 para que a Mesa de Negociação Permanente seja implementada pela SESA.
329 O conselheiro Domingos Cordeiro França fala da dificuldade em se eleger
330 representantes dos conselhos gestores e da dificuldade de formação deste
331 principalmente em hospitais de gestão privada. A conselheira Luceni Gomes
332 de Novaes fala sobre a questão orçamentária do CES/ES e solicita a
333 apresentação da prestação de contas para que os conselheiros possam ter
334 conhecimentos dos gastos deste, diz que até de pó de café falta no CES/ES,
335 e solicita a apresentação do montante de recursos que é disponibilizado ao
336 CES/ES. A conselheira questiona em relação à alteração da Lei Nº. 7.964,
337 diz que em 2009 os conselheiros discutiram e propuseram a mudança da lei
338 e que está foi encaminhada para a Assembleia Legislativa para ser votada e
339 até o presente momento eles não tem notícias sobre o que aconteceu. Ela
340 questiona se os conselheiros deverão fazer uma nova modificação ou buscar
341 a alteração de lei já proposta anteriormente. Em relação aos contratos das
342 OSs e OCIPES quando será chamada a sociedade para discutir sobre esse
343 modelo através de um seminário. Com relação aos conselhos gestores a
344 conselheira diz sobre as propostas de alteração em alguns aspectos da NR
345 340 feita pela Coordenação Estadual de Conselhos de Saúde que foi
346 aprovada pelo Pleno do CES/ES em 2010 e que até o presente momento

347 não foram homologadas. Finalizando a fala a conselheira questiona sobre a
348 Mesa de Negociação Permanente, se o Fórum proposto anteriormente pelo
349 Secretário Estadual de Saúde para discutir sobre o assunto irá ainda
350 acontecer ou se a proposta de implantação da mesa será homologada. A
351 conselheira Maria Maruza Carlesso questiona sobre o tratamento dado a
352 Saúde do Trabalhador quanto aos servidores no Estado do Espírito Santo;
353 sobre a falta de andamento nos assuntos que envolvem a implantação da
354 Mesa de Negociação Permanente; e sobre a localização do pôster feito por
355 ela e pela conselheira Andressa Barcellos Oliveira em curso de Negociação
356 do Trabalho que estava exposto no plenário do CES/ES e cujo assunto do
357 pôster era sobre Mesa de Negociação Permanente. A servidora do CES/ES
358 Heliamar Maria Vidal informou à conselheira que um conselheiro de
359 Guarapari levou o pôster para fazer a apresentação de um trabalho na
360 faculdade e que ele ficou de devolver posteriormente. A conselheira Marcia
361 Patrício de Araújo sugere que se cria uma comissão paritária para tratar de
362 assuntos de alterações em regimentos e leis, e que a proposta de alteração
363 da lei Nº. 7.964 seja resgatada para que seja dada continuidade aos
364 trabalhos por essa comissão. O conselheiro Benedito Domingos dos Santos
365 diz que na gestão anterior do CES/ES já se discutia sobre a composição dos
366 conselhos gestores e que já havia sido passado os nomes para composição
367 destes em relação à representação dos usuários pela FAMOPES, e que da
368 bancada dos usuários existem também nomes para compor o Conselho
369 Gestor do Hospital Dr. Jayme Santos Neves e Central. O conselheiro
370 Aguiberto Oliveira de Lima sugere que seja criada nesta reunião a Comissão
371 Intersetorial de Legislação e Normas do CES/ES, sendo composta por
372 quatro conselheiros, um representante do Ministério Público Estadual, um
373 representante da PGE e um da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. O
374 conselheiro propõe que seja encaminhado a esta comissão para análise o
375 Projeto de Reformulação da Lei Nº. 7.964. Sugere que seja remetido a esta
376 comissão o Contrato da OS do Hospital Central e do Hospital Dr. Jayme
377 Santos Neves e a Minuta de Reformulação do Regimento Interno. O
378 conselheiro propõe ainda um prazo de sessenta dias para devolutiva do
379 Relatório Final da Lei Nº. 7.964 e, nos trinta dias que se segue, dos
380 contratos das OSs dos dois hospitais. O conselheiro Carlos Roberto Augusto
381 propõe que se crie uma Comissão de Conselho Gestor do CES/ES para que
382 possa ser feitos os acompanhamentos das situações dos Conselhos
383 Gestores. O conselheiro Aguiberto Oliveira Lima esclarece que já existe no
384 Regimento Interno do CES/ES a Comissão Intersetorial de Municipalização e
385 Conselho Gestores para fazer esse acompanhamento e diz que essa
386 comissão precisa fazer uma agenda para ser informada ao conselho a fim
387 de quem tenha interesse, sendo membro ou não, possa acompanhar. Em
388 resposta aos questionamentos levantados pelos conselheiros o Presidente
389 informa que a proposta da realização de um fórum para se discutir sobre a
390 Mesa de Negociação Permanente tinha como objetivo que os conselheiros
391 tomassem conhecimento sobre o assunto ou agregasse mais informações
392 sobre este, já que muitos deles eram novos no CES/ES neste período, e que
393 na sequencia se implantaria a Mesa de Negociação Permanente. O
394 Presidente diz que esse o fórum não foi feito e que esse tempo foi perdido,
395 mas que agora se deve partir direto para a implantação da Mesa de
396 Negociação Permanente e sugere que se busque e se trabalhe em cima do

397 que tem de ser feito para que isso aconteça. Em relação aos contratos das
398 OSs o Presidente sugere que seja feita uma grande Oficina com pessoas pró
399 e contra as OSs para que seja feita uma discussão sobre o assunto com o
400 objetivo de se aprofundar no assunto e se ter um melhor conhecimento
401 deste. O Presidente comenta sobre a existência de um grande número de
402 comissões no CES/ES que não funcionam e pede que os conselheiros
403 analisem sobre essa situação. Com relação aos conselhos gestores o
404 Presidente informa que quando foram assinados os contratos com as OSs
405 foi um pré-requisito, que consta no contrato, que é preciso ter conselho
406 gestor dentro dos hospitais e se não existe tem de ser implantado. Sobre a
407 Alteração da Lei Nº. 7.964 o Presidente diz se a favor da alteração e propõe
408 que seja recuperada a Proposta de Alteração da Lei feita em 2010, ou a
409 memória deste documento, e que se crie a comissão para trabalhar em
410 cima desta. O Presidente relata que o CES/ES perdeu um semestre por
411 causa de problemas de comunicação interna, devido ao período ruim até a
412 troca de gestão, assim como, a falta de quórum em pelo menos três
413 reuniões do CES/ES. Diz ainda, que a SESA vai se esforçar ao máximo para
414 dar estrutura ao CES/ES para que este possa funcionar da melhor maneira
415 possível. A conselheira Mercedes Canal informa ao Pleno que ela representa
416 um hospital contratualizado e também OS e que teve dois dias de
417 monitoramento de todas as atividades do hospital, dentro e fora, por
418 representantes do Estado, da Superintendência Regional, do Conselho
419 Municipal de Saúde e dos membros da comissão interna do hospital. O
420 conselheiro Zaldimar da Silva justifica que as reuniões não estavam
421 acontecendo devidos a vários fatores, já discutidos anteriormente, e solicita
422 ao Secretario Executivo que na ocasião seja dado os devidos
423 encaminhamentos as questões discutidas. O conselheiro Domingos Cordeiro
424 França convoca os membros da Comissão de Conselho Gestor para se
425 reunir na próxima semana e sugere que a Comissão de Saúde do
426 Trabalhador também se reúna. A conselheira Luceni Gomes de Novaes pede
427 que seja dados os devidos encaminhamentos em relação à questão
428 orçamentária do CES/ES e em relação à implantação da Mesa de
429 Negociação Permanente. Solicita ainda que a Comissão de Orçamentos e
430 Finanças – CIOF se reúna urgentemente. O Presidente informa que o
431 Ministério da Saúde está retirando muito dinheiro do PARTICIPASUS e que
432 praticamente quem vai manter o CES/ES neste momento não irá ter muito
433 dinheiro federal e terá de ser mantido com dinheiro estadual. O conselheiro
434 Gilson Sena Ventura questiona quem irá ficar responsável pela criação dos
435 conselhos gestores do Hospital Central e Dr. Jayme Santos Neves. O
436 Secretário Executivo informa que a Comissão de Conselho Gestor que ficará
437 responsável. O Conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima propõe a criação da
438 Comissão Intersetorial de Legislação e Normas do CES/ES, formada por
439 quatro conselheiros, um representante do Ministério Público Estadual, um
440 representante da PGE e outro da OAB, e que seja remetido a comissão
441 peças legais como os Contratos das OSs e o Projeto de Reformulação da Lei
442 e do Regimento Interno estabelecendo os prazos para que a comissão faça
443 a devolutiva a Mesa Diretora e ao plenário. A proposta do conselheiro
444 Aguiberto Oliveira de Lima é colocada em votação é aprovada por
445 unanimidade, sendo eleitos para comporem a referida comissão na
446 titularidade a conselheira Luceni Gomes de Novaes (coordenadora) e os

447 conselheiros Ricardo Ewald, Aguiberto Oliveira Lima e Zaldimar Tadeu da
448 Silva. Para a suplência são eleitas as conselheiras Irene Poleze e Cláudia
449 Bernadete Silvério e os conselheiros Benedito Domingos dos Santos e
450 Domingos Cordeiro França. A conselheira Luceni Gomes de Novaes é eleita
451 pelo Pleno coordenadora da comissão. Dando início aos informes o
452 Secretário Executivo anuncia sobre a realização da 4ª Plenária Movimento
453 Nacional em Defesa da Saúde Pública do Trabalhador – Saúde + 10. A
454 conselheira Márcia Patrício Araújo diz que estará no Rio de Janeiro junto
455 dos conselheiros nacionais na Jornada Mundial da Juventude colhendo
456 assinaturas, informa que desde janeiro de 2013 ela representa a Associação
457 Brasileira de Ostomizados, no seguimento de pessoas com deficiência,
458 dentro do CNS. Informa que nos dias 29 e 30 de julho de 2013 o CNS
459 estará fazendo uma Reunião Extraordinária para discutir projetos de lei e
460 que quem puder acompanhar pela internet e dar sugestões é importante.
461 Informa ainda que no dia 05 de agosto de 2013 é o dia Nacional da Saúde
462 em que serão entregues as assinaturas do Saúde + 10 na câmara, e solicita
463 que o CES/ES, que envie representantes para participar deste ato. Diz
464 ainda que nos dias 06 e 07 é a Reunião do CNS. A conselheira Luceni
465 Gomes de Novaes relata que irá participar do Movimento saúde + 10 e
466 informa sobre a importância deste ato. A conselheira pede para que seja
467 revista a questão da participação dos conselheiros nas reuniões do CNS, já
468 que na gestão anterior, se tinha a prática de a cada mês ser encaminhado
469 um conselheiro para participar dessas reuniões. O Presidente dá
470 seguimentos à reunião e informa sobre a V Conferência da Saúde Indígena,
471 que terá etapas distritais acontecendo de julho a setembro de 2013 em
472 todas as regiões que possuem DISEIS; sobre a Conferência de Saúde do
473 Trabalhador, que acontecerá no primeiro semestre de 2014; e sobre a XV
474 Conferência Nacional de Saúde, que será realizada em novembro de 2015,
475 sendo que as etapas estaduais serão realizadas no primeiro semestre de
476 2015. O Presidente comunica aos conselheiros em caráter de conhecimento
477 sobre a pré-seleção no PAC 2 – FUNASA dos projetos de Implantação do
478 sistema de esgotamento Sanitário da Sede dos Municípios de Conceição da
479 Barra e Fundão. O Presidente informa que esses projetos já estão
480 aprovados e foram comunicados aos conselheiros para ciência destes. A
481 conselheira Maria Maruza Carlesso informa que tem 48 municípios incluídos
482 no Projeto do PAC 2 do Espírito Santo e 30 municípios que não estão
483 incluídos. A conselheira Andressa Barcellos Oliveira questiona ao Presidente
484 qual é a perspectiva de iniciar a chamada do concurso e se acabará a
485 gestão do SAMU pela Santa Casa. O Presidente diz que em relação ao
486 concurso está sendo cumprido o cronograma da SESP UENB e que no final
487 de agosto de 2013 vai sair o resultado e a homologação do concurso e que
488 a partir de setembro e outubro começará a ser feitas as contratações. Em
489 relação ao SAMU o Presidente diz que está sendo feito um emergencial e
490 que será feita uma licitação enquanto estiver ocorrendo este emergencial. A
491 conselheira Luceni Gomes de Novaes informa que a VIII Conferência
492 Estadual de Conselhos de Saúde e a XI Plenária Estadual de Conselhos de
493 Saúde está para ser realizada em outubro de 2013, devendo esse
494 calendário voltar ao Pleno para deliberação. Às doze horas e 40 minutos,
495 nada mais havendo a tratar é considerada encerrada a reunião e para
496 constar, eu, Cesar Valente da Costa, Secretário Executivo do CES/ES, lavrei

497 a presente ata que assino juntamente com o Presidente. Vitória-ES, 18 de
498 julho de 2013.

José Tadeu Marino

Conselheiro Estadual de Saúde
Conselho Estadual de Saúde –
CES/ES

Milton Cesar Valente da Costa

Secretario Executivo
Conselho Estadual de Saúde –
CES/ES

